



Imprimir



Fale Conosco

Zoom+
Zoom-Edições
Anteriores

Busca

ANO V - Número 59
Brasília, 10/10/2011

Mulheres em Pauta

Fim da violência contra as mulheres I

Foto:
AGENCE

Foi lançada nesta quinta-feira (20/11), no Brasil, a campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, com o slogan "Há momentos em que sua atitude faz a diferença. Lei Maria da Penha. Comprometa-se!". O ato de lançamento ocorreu em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, no Senado Federal, na presença da ministra Nilcéa Freire, da SPM, da diretora-executiva da Agende, Marlene Libardoni, dos senadores como Paulo Paim, que presidiu a sessão, Augusto Botelho, Geraldo Mesquita Júnior, Cristovam Buarque, Romeu Tuma, Fátima Cleide, da coordenadora da Bancada Feminina na Câmara dos Deputados, a deputada federal Sandra Rosado, dos promotores de Justiça do MPDFT Laís Cerqueira e Fausto Rodrigues de Lima, da representante do Fundo de População das Nações Unidas, Taís de Freitas Santos, representando o sistema ONU no Brasil, e das personagens que este ano deram vida a campanha.



Fim da violência contra as mulheres II

Durante a sessão, a ministra Nilcéa Freire disse, ao citar o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e parcerias com o Ministério da Justiça e Conselho Nacional de Justiça, que a violência contra a mulher "é a única que, de certa forma, é autorizada pela sociedade para manter a ordem machista e patriarcal", disse a ministra. Nilcéa também mencionou os assassinatos de mulheres em Pernambuco, em que a maioria das vítimas é desfigurada, e a tragédia de Santo André, em que duas jovens foram mantidas em cárcere privado, culminando com o assassinato de Eloá Pimentel.



AGENDA

Pactuação I

Nesta terça e quarta, respectivamente, os governos dos Estados de São Paulo e de Minas Gerais vão aderir ao Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher. No dia 25, às 15h, no Palácio dos Bandeirantes, a ministra Nilcéa Freire, da SPM, e o governador de SP, José Serra, assinam o Termo de Cooperação do Pacto Nacional. O acordo estabelece um regime de colaboração mútua para execução de ações entre governo federal, governo do Estado de São Paulo e municípios. A partir da formalização da parceria, o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, órgãos estaduais e municipais e SPM vão definir estratégias para a implementação do Pacto Nacional e o projeto básico para liberação de recursos para a rede de atendimento à mulher. A estimativa total de investimentos da SPM é de R\$ 6,3 milhões para organização de rede de atenção a mulheres e adolescentes em situação de violência doméstica e sexual, implantação de

Resultados do Pacto I

Com recursos da ordem de R\$ 1 bilhão, o Pacto Nacional está em andamento em 13 estados: AM, BA, CE, ES, PA, PE, RJ, RS, SP, MA, DF, MG e MS e, em 2009, será estendido para as demais unidades federativas. Suas ações estão estruturadas em quatro eixos: Consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e Implementação da Lei Maria da Penha; Combate à Exploração Sexual e ao Tráfico de Mulheres; Promoção dos Direitos Humanos e das Mulheres em situação de Prisão; e Promoção dos Direitos Sexuais e Reprodutivos e Enfrentamento à Feminização da Aids e outras DSTs. No eixo do enfrentamento à violência, dados da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 -, revelam que de, janeiro a outubro, realizou 216 mil atendimentos.



Resultados do Pacto II

Na área das mulheres em situação de prisão, uma das principais ações é o Mutirão Nacional de Assistência Jurídica às Mulheres em situação de Prisão, que na primeira etapa envolve 11 estados: AC, CE, GO, MS, MT, PE, PR, SC, SE, SP e TO. No dia 3 de novembro, o mutirão foi lançado, pela SPM e pelo Ministério da Justiça (MJ), em São Paulo. O estado possui 20,3 mil detentas - cerca de 78% do total do país. No dia 2 de dezembro, o mutirão será lançado em Pernambuco. No campo do combate à exploração sexual e ao tráfico de mulheres, nos dias 29 e 30 de setembro, foi realizado o III Seminário sobre Tráfico de Pessoas, em Belém. Foi um seminário preparatório para o encontro bilateral entre o Brasil e Suriname no enfrentamento ao Tráfico de Mulheres. No eixo "Proteção dos direitos sexuais e reprodutivos e enfrentamento da feminização da Aids", foram realizadas 6 reuniões macrorregionais do Plano de Enfrentamento da Feminização da Aids e outras DST.



Ativismo de senadores

Foto:
JOSÉ CRUZ



A ministra também apresentou a campanha "Homens Unidos pelo Fim da Violência contra as Mulheres", que teve pronta acolhida dos senadores Augusto Botelho, Geraldo Mesquita Júnior, Cristovam Buarque e Romeu Tuma. "Grandes ações e pequenos gestos do cotidiano são fundamentais para o combate à violência contra as mulheres. Coloquei na minha página o selo da Central 180. A Lei Maria da Penha foi um grande avanço contra uma cultura de violência. As campanhas de violência contra as mulheres devem ser permanentes, porque a informação é fundamental para a desconstrução

defensorias públicas e juizados especiais, implantação e aparelhamento de centros de referência e capacitação de profissionais da rede de atendimento. No estado, seis regionais (São Paulo, ABC, Campinas, São José do Rio Preto, Guarulhos e São Carlos) já vêm recebendo investimentos de R\$ 1,5 milhão da SPM para estruturação e funcionalidade da rede de atendimento à mulher em situação de violência.



Pactuação II

Na quarta-feira (26/11), é a vez de o Governo de Minas Gerais formalizar a incorporação ao Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Às 11h, no Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, a ministra e o governador de MG, Aécio Neves, assinam o Termo de Cooperação e Convênio do Pacto Nacional. Este ano, o estado recebeu da SPM R\$ 1,3 milhão para a implantação e aparelhamento de centro de referência estadual e nos municípios de Cataguazes, Juiz de Fora e Uberaba, capacitação de profissionais da rede de atendimento e apoio ao Consórcio Mulheres das Gerais, que prevê ações preventivas e estrutura para abrigamento das mulheres vítimas de

violência em quatro municípios (Sabará, Betim, Belo Horizonte e Contagem).



Campanha do Campo e da Floresta I

No dia 27 de novembro, no Rio de Janeiro, a SPM, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Fórum Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, lança, às 13h, a Campanha de Enfrentamento à Violência da Mulher do Campo e da Floresta. Com o slogan Mulheres donas da própria vida - Viver sem violência é um direito das mulheres do campo e da floresta, o objetivo da campanha é prevenir e enfrentar a violência sofrida pelas mulheres do campo e da floresta, em todo país. Na ocasião, será apresentado um filme institucional e um spot de rádio sobre as mulheres do campo e da floresta e distribuído panfletos informativos sobre a violência doméstica. A idéia é mostrar que as mulheres são donas das suas vidas e que viver com respeito e dignidade e sem violência é um direito de toda brasileira, inclusive das do campo e da floresta. O lançamento será durante a V Feira de Agricultura Familiar e de Reforma Agrária, na Marina da Glória, no

Foto:
JOSE CRUZ

A ministra também apresentou a campanha "Homens Unidos pelo Fim da Violência contra as Mulheres", que teve pronta acolhida dos senadores Augusto Botelho, Geraldo Mesquita Júnior, Cristovam Buarque e Romeu Tuma. "Grandes ações e pequenos gestos do cotidiano são fundamentais para o combate à violência contra as mulheres. Coloquei na minha página o selo da Central 180. A Lei Maria da Penha foi um grande avanço contra uma cultura de violência. As campanhas de violência contra as mulheres devem ser permanentes, porque a informação é fundamental para a desconstrução da violência", considerou o senador Mesquita Júnior que propôs a criação de um índice para aferir a violência contra as mulheres e a classificação da violência contra as mulheres como crime hediondo. Entusiasta da campanha, o senador Cristovam Buarque comprometeu-se em obter 100 assinaturas para a campanha "Homens Unidos pelo Fim da Violência contra as Mulheres" e convidou os senadores para ações do mesmo tipo. "Temos de romper com amigos que praticam ou são coniventes com a violência contra as mulheres, a exemplo do que fazíamos na ditadura", declarou Cristovam ao rememorar sua campanha de 1994 ao governo do Distrito Federal, quando se deparou com relatos de violências contra as mulheres. "Contem comigo como ativista da campanha, estou aqui junto e onde for preciso", completou.

estande institucional do MDA, e conta com a presença das ministras Nilcéa Freire, da SPM, Dilma Rousseff, da Casa Civil, do ministro Guilherme Cassel, do MDA, dentre outras autoridades.

Campanha do Campo e da Floresta II

Trabalhadoras rurais, quebradeiras de coco, negras rurais e quilombolas, mulheres da Amazônia, seringueiras e camponesas são o público-alvo da campanha. Essa ação é uma reivindicação da Marcha das Margaridas e das mulheres do campo e da floresta. A campanha consiste na realização de oficinas culturais, atividades nas escolas, elaboração de programas de rádios e rádios-novelas e outras ações educativas, visando informar e estabelecer entre a comunidade e as mulheres que vivem no campo e na floresta uma rede de solidariedade pelo fim da violência contra as mulheres.

ACONTECEU

Pacto Nacional - 2ª etapa

A rodada de discussões sobre a segunda etapa de adesão dos estados brasileiros ao Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher

Poder e enfrentamento à violência

para o ano de 2009 começou nesta quinta-feira (20/11) no Acre. Uma reunião entre a subsecretária de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres da SPM, Aparecida Gonçalves, o governador do Estado, Binho Marques, e todos os secretários de Estado deu início às negociações para a implementação do Pacto Nacional no estado. O encontro aconteceu, na Secretaria de Articulação Institucional. Em 2009, o Pacto Nacional se estenderá para as 14 unidades da federação restantes: AC, SC, PR, PB, RR, RO, TO, PI, SE, AL, MT, GO, AP e RN. Neste ano, o Pacto já está em andamento em 13 estados: AM, BA, CE, ES, PA, PE, RJ, RS, SP, MA, DF, MG e MS.



Teia Brasília 2008

A Teia Brasília 2008 foi aberta, no dia 13 de novembro, pelo ministro interino da Cultura, Alfredo Manévy, e contou com a participação da ministra Nilcéa Freire, da SPM, do ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, presidente da Fundação Nacional da Arte (Funarte), Sérgio Mamberti, entre outras autoridades. O encontro, espalhado no circuito cultural de Brasília, reuniu, até 16 de novembro, mais de 800 instituições culturais de todas as regiões do País.

A coordenadora da Bancada Feminina na Câmara dos Deputados, a

"Pontos de Cultura - Uma perspectiva de gênero" foi um dos temas da roda de conversa entre representantes de pontos de cultura com atuação na temática gênero e coordenadoras estaduais de organismos de políticas para as mulheres. No dia 15, aconteceu um debate sobre gênero, raça, etnia, orientação sexual - questões reveladas na produção cultural de homens e mulheres nas diferentes regiões do País. As gerentes de projetos da SPM Luana Simões e Fábria Oliveira fizeram a mediação da discussão, onde teve a exposição da subsecretária de Planejamento, Lourdes Bandeira, sobre gênero e cultura.



Vagas no CNDM

As quatro vagas de suplente da categoria "redes e articulações feministas e de defesa dos direitos das mulheres", do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), não foram preenchidas, porque as entidades não atenderam os requisitos necessários estipulados no Edital. Essa foi a avaliação da Comissão de Validação de Candidaturas do CNDM, formada pela conselheira de notório conhecimento Albertina Costa, Susana Cabral, secretária do CNDM, Mariana Carpanezzi, da Secretaria

deputada federal Sandra Rosado, falou sobre a presença das mulheres

Especial dos Direitos Humanos (SEDH), e Maria da Conceição Silva Azevedo, da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad), que se reuniu no dia 18 de novembro para analisar as candidaturas. Seis entidades participaram do processo seletivo Central de Movimentos Populares (CMP), Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM), BPW Cuiabá, Rede Feminista de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR), Articulação Brasileira de Jovens Feministas e Conselho Nacional de Mulheres Indígenas (CONAMI). [Leia a íntegra do parecer.](#)



Comitê de Estudos de Gênero e Uso do Tempo

A realização de pesquisas que abordem o tema da violência doméstica contra as mulheres e das desigualdades no uso do tempo para dedicação à profissão, aos cuidados com a família e à administração do lazer passa a ser foco do primeiro ano de trabalho do Comitê Técnico de Estudos de Gênero e Uso do Tempo, instalado no dia 6 de novembro, em Brasília. Integrado pela SPM, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

nos espaços de poder e decisão e o combate à violência contra as

(Ipea), o Comitê promoverá discussões que subsidiem a incorporação da perspectiva de gênero na produção e na análise de informações estatísticas. Na primeira reunião, foram estabelecidas a forma de funcionamento, o caráter das reuniões ordinárias e cronograma dos trabalhos do Comitê Técnico de Estudos de Gênero e Uso do Tempo. Em 2009, vão ser desenvolvidas pesquisas piloto nas áreas identificadas como prioritárias para que, após a realização do Censo em 2010, se tenha definida a metodologia e o formato das pesquisas que terão amplitude nacional e irão a campo sistematicamente. O Comitê fornecerá subsídios para o desenvolvimento, monitoramento e avaliação de políticas públicas, sobretudo em áreas com falta de informações sistemáticas e oficiais, como é o caso do uso do tempo e da violência.

**Expediente:**

ASCOM/SPM

Jornalista responsável:

Gabriela do Vale (DF 2488JP)

Editoração: ASCOM/SPM

Telefone: (55 61) 3411-4214

spmimprensa@spmulheres.gov.br

O conteúdo do boletim pode ser reproduzido parcial ou totalmente, desde que seja citada a fonte.

mulheres como um direito. "Nosso país assiste mulheres sendo jogadas pelas janelas, como se seus corpos fossem sacos de papel. Devemos combater essa cultura arraigada de violência contra as mulheres e queremos contar com os homens para levar a mensagem de que essa impunidade deve acabar", afirmou a deputada Sandra Rosado. Na audiência pública, ela fez homenagem à secretária-executiva do PMDB Mulher e integrante do Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos, Regina Perondi, pela constante atuação na causa das mulheres dentro dos partidos políticos.



Dia da Consciência Negra

A SPM publicou, nesta quinta-feira (20/11), Dia da Consciência Negra, anúncio publicitário em 12 jornais de grande circulação nacional e regional nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Distrito Federal. São eles: O Globo, Extra, O Dia, Jornal do Brasil, O Estado de São Paulo, Folha de S. Paulo, Agora São Paulo, A Tarde, Correio da Bahia, Tribuna da Bahia, Correio Braziliense e Jornal de Brasília. A peça publicitária estampa a imagem de uma mulher negra e a mensagem "Mulheres Negras: Muitas Lutas, Muitas Conquistas" em alusão à trajetória de resistência das mulheres negras, reivindicação de direitos e inclusão da dimensão de gênero e raça nas políticas públicas, a exemplo do eixo estruturante "Enfrentamento ao Racismo, Sexismo e Lesbofobia" do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Nesse dia, durante sessão do ato de lançamento da campanha dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, no Senado Federal, a ministra saudou as mulheres negras pela passagem do Dia Nacional da Consciência Negra e mostrou o anúncio da SPM em homenagem à data e aos 20 anos de fundação do Movimento Nacional de Mulheres Negras.



Caso polêmico I

Num caso inédito e polêmico, a Justiça de Mato Grosso do Sul está indiciando, julgando e condenando mulheres acusadas de praticarem aborto em uma clínica de Campo Grande - o número total de envolvidas no caso, e que devem passar por uma investigação, é de 1,5 mil. De julho até o início de novembro, 150 já foram indiciadas, 37 foram julgadas e 26, condenadas a penas alternativas. Entre as mulheres julgadas estava uma que comprovou ter desistido do aborto depois de fazer a ficha de internação. Ela apresentou o próprio filho à Justiça, cuja idade é compatível com a data que aparece em seu prontuário médico. Seu caso foi arquivado.



Caso polêmico II

O caso veio à tona em abril de 2007, quando o Ministério Público Estadual denunciou 9.896 mulheres acusadas de terem feito aborto entre 2000 e 2002, sob os cuidados da médica Neide Motta Machado, proprietária do estabelecimento, em Campo Grande. O MP afirma que a clínica funcionou por 20 anos. A denúncia foi baseada nas análises de 7.215 prontuários médicos recolhidos no estabelecimento, mas a maioria não continha provas suficientes para condenações. A médica Neide Machado responde ao processo criminal em liberdade e será levada a júri popular. Tratamento igual terá a psicóloga Simone Cantalezzi de Souza, além das enfermeiras Libertina de Jesus Centurion, Maira Nelma de Souza e Rosângela de Almeida. Os advogados dessas cinco pessoas entraram com recurso no Tribunal de Justiça do Estado para livrá-las do júri popular e aguardam decisão.



Audiência pública I

No dia 18 de junho, a ministra Nilcéa Freire participou da audiência pública na Comissão de Direitos

Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados sobre a penalização do aborto, que teve como referência o processo dessas 9.896 mulheres investigadas por suposta prática de aborto. Também estavam presentes, o juiz Aloízio dos Santos, da 2ª Vara do Tribunal do Júri do MS - vara onde tramita o processo -, o promotor Estadual de Justiça do MS, Paulo César dos Passos, a coordenadoras da Área Técnica da Saúde da Mulher do Ministério da Saúde (MS), Regina Viola, a advogada da Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero (Themis) e consultora da Comissão de Cidadania e Reprodução, Carmen Campos, e a psicóloga e diretora de Gênero da Federação das Associações, Entidades e Movimentos Populares do DF e Entorno, Maria da Conceição Dantas. A coordenação ficou a cargo do presidente da Comissão, deputado Pompeo de Mattos.



Audiência pública II

Na época, Nilcéa Freire defendeu o fim das penalidades previstas para a prática de aborto. "Estamos aqui para defender a vida das mulheres e o direito de decidir sobre sua vida e o direito da sociedade discutir o aborto", disse. Segundo ela, o caso do Mato Grosso do Sul é emblemático, porque confronta a sociedade com temas polêmicos. "São temas que a sociedade não quer discutir de forma desapassionada. Confronta-nos com a discussão de que uma mulher deve ser condenada a passar de um a três anos na prisão por ter praticado aborto. Também confronta-nos com a realidade do aborto clandestino no Brasil. O aborto é praticado em clínicas, nas casas das pessoas e o Sistema Único de Saúde (SUS) acaba recebendo milhares de mulheres com complicações", destacou a ministra.



Igualdade de oportunidades no Cone Sul

Brasil, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai evidenciaram as boas práticas e os desafios para a igualdade de oportunidades no mundo do trabalho na Oficina Tripartismo e Igualdade de Oportunidades no Cone Sul, ocorrida de 10 a 13 de novembro, no Chile. O encontro foi instalado por Guillermo Miranda, diretor do Escritório Subregional da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para o Cone Sul, Fernando D'Aire, do Ministério do Trabalho e Previdência Social do Chile, Julia Requena, vice-presidenta da Mulher da Central Única de Trabalhadores do Chile (CUT), e Pablo Bobic, da Confederação da Produção e do Comércio do Chile. Com enfoque na igualdade salarial entre homens e mulheres, a exemplo de marcos internacionais como a Convenção 156 da OIT que determina a igualdade de oportunidades e tratamentos entre os sexos, a oficina exibiu as experiências em curso nos países-membros do Cone Sul. O Brasil estava representado pela coordenadora da área de Trabalho da SPM, Eunice Léa Moraes, que apresentou o plano de ação formulado pela Comissão Tripartite de Igualdade de Oportunidades e de Tratamento de Gênero e Raça no Trabalho, em que são previstas ações nos eixos Legislação, Ações Afirmativas, Comunicação e Sensibilização e Monitoramento e Avaliação das Ações da Comissão para promover a igualdade de gênero e raça no mundo do trabalho.



MP denuncia Dado Dolabella

O ator Dado Dolabella foi denunciado pelo Ministério Público por agressão à ex-namorada, a atriz Luana Piovani. A ação foi enviada para o 1º Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. A acusação foi feita com base na Lei Maria da Penha (11.340/06). Se condenado, Dado Dolabella poderá pegar de três meses a três anos de prisão em regime fechado. O ator também é acusado de agredir a camareira Esmeralda de Souza, 62 anos, que, na hora da briga, tentou separar o casal e teria sido empurrada pelo ator. O inquérito foi aberto a partir do laudo de exame de corpo de delito que comprovou as agressões à atriz. Neste caso, o juiz decretou a aplicação de medidas protetivas de urgência, estabelecidas na Lei Maria da Penha.



Relatório do Unfpa

O Relatório sobre a Situação da População Mundial 2008 divulgado no dia 13 de novembro pelo Fundo de População das Nações Unidas (Unfpa), afirma que o Brasil é um dos primeiros do mundo em número de assassinatos. O documento destaca que os homens brasileiros são as maiores vítimas. No capítulo sobre pobreza e desigualdade da população, o relatório afirma que as taxas de laqueadura entre as mulheres brasileiras de baixa renda são muito elevadas. Sobre violência doméstica, o documento cita a Lei Maria da Penha como instrumento responsável pelo "processo de mudança" no comportamento de violência contra a mulher no Brasil. Apesar de positiva, a lei às vezes esbarra na própria Justiça, já que alguns juízes se recusam a aplicá-la, julgando que o mecanismo discrimina o homem. "O principal instrumento para combater a violência doméstica foi desenvolvido muito recentemente. A Lei Maria da Penha não apenas aumenta o período de reclusão para atos violentos desse tipo (de um para três anos), mas também permite prisões preventivas e em flagrante. Além disso, inclui várias medidas para proteger a mulher. Contudo, a legislação para criminalizar a violência doméstica nem sempre basta. No Brasil, vários juízes têm alegado que a lei é inconstitucional porque discrimina os homens. Alguns até pediram a submissão das mulheres, como no passado", diz o texto.



Veto para o aborto

Nesta quinta-feira (20/11), o Parlamento do Uruguai não conseguiu derrubar o veto imposto pelo presidente uruguaio, Tabaré Vázquez, à Lei de Saúde Sexual e Reprodutiva, que autoriza o aborto nas primeiras 12 semanas de gestação. Segundo o presidente, a prática atenta contra a vida e a liberdade de consciência. O texto da lei dizia que "toda mulher uruguaia ou as estrangeiras residentes no país terão o direito de interromper sua gravidez nas primeiras 12 semanas de gestação". No dia 11 de novembro, por 30 votos a favor e 17 contra, a Câmara Alta, do Senado uruguaio, aprovou a Mas a legislação. No início do mês, a Câmara dos Deputados havia aprovado por um voto de diferença - 49 a favor e 48 contra -, o Projeto de Lei de Saúde Sexual e Reprodutiva.



Aborto no Uruguai

Pesquisas indicam que mais de 60% dos uruguaios são a favor da descriminalização. O Parlamento uruguaio e a Associação de Planejamento Familiar estimam que são realizados 33 mil abortos clandestinos por ano no país.



Conferência para o monitoramento dos ODMs I

De 18 a 20 de novembro, aconteceu, em Brasília, a I Conferência Nacional e Internacional para o Monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), Relativos ao Setor Saúde. Delegações e conferencistas de 19 países, principalmente da América Latina e Caribe e lusófonos - entre eles, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe -, além de Canadá e Espanha, debateram os ODMs 4, 5 e 6: redução da mortalidade na infância, a melhoria da saúde materna e o combate ao HIV/aids, a malária e outras doenças. Na cerimônia de abertura, a ministra Nilcéa Freire, da SPM, chamou às lideranças internacionais para que a crise financeira não comprometa investimentos nas políticas sociais. Ela também apontou não ser possível trabalhar os ODMs 4, 5 e 6 sem inter-relação com o Objetivo 3, que se refere à igualdade entre sexos e valorização da mulher.



Conferência para o monitoramento dos ODMs II

O ato solene de instalação das conferências também registrou outra aclamação aos direitos das mulheres. Durante seu pronunciamento, Nils Kastberg, diretor regional do UNICEF para a América Latina e o Caribe, destacou que problemáticas como gravidez na adolescência e enfrentamento da aids não podem ser pensadas fora do contexto de violência ao qual milhões de mulheres são acometidas. Kastberg reforçou a necessidade do envolvimento dos homens no enfrentamento a violência contra as mulheres e

parabenizou a SPM pelo lançamento do site Homens Undos pelo Fim da Violência contra as Mulheres e convocou a todos os países à se engajarem na campanha mundial "Unite to End Violence Against Women", convocada pelo secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon.



Conferência para o monitoramento dos ODMs III

Na manhã do dia 19, a gerente de projetos da SPM Elizabeth Saar foi expositora do painel ODM 6 - Enfrentamento da Epidemia de HIV/AIDS, Malária e outras doenças endêmicas. Ela fez uma abordagem relacionada aos direitos sexuais e reprodutivos e as ações do Programa de Enfrentamento à Feminização das DST e Aids. A mesa foi coordenada pela Fiocruz, tendo como debatedor Jairo Barbosa (OPAS) e expositores Mariângela Simão, do Programa Nacional de DST/AIDS, Ministério da Saúde do Brasil, e Jorge Bermudez, da Coordenação de Tuberculose/Governo do Peru.



Seminário Censo 2010, no Chile I

Nos dias 19 e 21 de novembro, foi realizado em Santiago, no Chile, o Seminario-Taller "Censos 2010 y la inclusión del enfoque étnico", para tratar da incorporação da perspectiva étnico-racial nos censos 2010. Promovido pela CELADE/CEPAL, UNICEF, UNFPA, UNIFEM, OPS, CEA-CEPAL, o evento reuniu representantes dos institutos de estatística e da sociedade civil de diversos países da América Latina e Caribe. Participaram pelo Brasil, representantes do Unifem, SPM, Secretaria Especial de Políticas da Promoção da Igualdade Racial (Seppir), IBGE, Comitê Internacional da Conferência de Revisão de Durban e Articulação de Mulheres Negras do Brasil. Na ocasião, Wania Sant'ana, uma das coordenadoras da campanha "Não deixe sua cor passar em branco", apresentou uma das primeiras experiências brasileiras de sensibilização da sociedade pra sua adequada declaração de cor e raça.



Seminário Censo 2010, no Chile II

Os principais assuntos discutidos no seminário foram: o fortalecimento da participação e do diálogo intercultural no processo censal; o estabelecimento de consensos sobre as definições conceituais e operativas em relação aos critérios de identificação dos grupos étnicos; o fortalecimento, em toda a região, da capacidade técnica que permita gerar e analisar informação estatística relevante e pertinente para os povos indígenas e afrodescendentes; a promoção da institucionalização dos assuntos étnicos-raciais no sistema nacional de estatística dos países com participação de indígenas e afrodescendentes a partir das experiências existentes, entre outros assuntos. Como resultado do encontro, foram elaboradas recomendações que estarão consolidadas em documento a ser preparado pelo Celade/Cepal. Dentre essas recomendações estão: a auto-identificação como critério para identificação das populações indígenas e afrodescendentes nos censos; a ampliação de canais de participação da comunidade indígena e afrodescendentes em todos os processos do Censo (entre outros, a elaboração de questionários, provas piloto, ida a campo, análise e divulgação dos dados), considerando-se a necessidade de garantir a plena participação das mulheres nestas instâncias; a necessidade de capacitação dos recenseadores e dos técnicos dos institutos de estatística para adequada coleta das informações necessárias etc.



Se você não quiser mais receber este informativo, [clique aqui](#).

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

Via N1 Leste s/nº, Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes -
Zona Cívica Administrativa
70150-900 Brasília DF
Telefone:: (61) 3411-4330 e 3411-4246
spmulheres@spmulheres.gov.br www.spmulheres.gov.br